

FRANS LEONARD SCHALKWIJK



*Traição. Um Jesuíta a Serviço do Brasil Holandês Processado pela Inquisição*, de Ronaldo Vainfas, São Paulo, Companhia das Letras, 2008, 384 p.

**FRANS LEONARD SCHALKWIJK**

é professor aposentado na Holanda, doutor em Teologia e autor de, entre outros, *Igreja e Estado no Brasil Holandês* (Cultura Cristã).

# Sobre Manoel de Moraes

**I** Ronaldo Vainfas, professor titular do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, é grande conhecedor dos documentos da Inquisição Portuguesa. Num estilo muito agradável, o autor nos fornece uma biografia de Manoel de Moraes. Baseada mormente nos documentos nos arquivos da Inquisição na Torre do Tombo, desenrola em quarenta capítulos breves a vida desse jesuíta que, na época do Brasil holandês, traiu a causa portuguesa católica, aderindo ao lado protestante holandês o qual, depois de usufruir de vários benefí-

cios, abandonou novamente, e acabou caindo na teia da Inquisição lusa. Assim, o livro se abre em Lisboa no final do ano 1645 com Manoel na “Casa negra do Rosio”, sede daquele tribunal. O ex-jesuíta, expulso da sua ordem em 1636, e queimado *in efigie* em 1642, agora, com cinquenta anos de idade, era obrigado a encarar os inquisidores de perto.

Manoel de Moraes, homem alto, magro, escuro, cabelos negros, era mameluco de São Paulo de Piratininga (capítulo 2). Nascido (1596?) como primogênito do segundo casamento de Francisco Velho e de Ana de Moraes, ele se criou naquela vila bandeirante onde o tupi era quase a “língua geral”. O menino brincava e caçava nas florestas, dormia em rede na sua tapera rústica, comia formiga torrada e outras “iguarias de bugre”. Batizado por um jesuíta e apadrinhado por um carmelita, Manoel buscava também a companhia dos religiosos. Estudava no externato dos inacianos, inimigos dos apesadores dos índios. Acompanhava as muitas festas consagradas à Virgem Maria e a outros santos. Ingressou na Companhia por volta dos quinze anos e foi enviado para o Colégio da Bahia, vivendo às custas dos jesuítas e fazendo os *Exercícios Espirituais* de Loyola (capítulo 3). Foi um “autêntico processo civilizador à moda ocidental”. Apri-morava seu latim e estudava filosofia e teologia moral, mas não obteve grau de “licenciado” porque o Colégio não possuía *status* universitário. Por volta de 1623 se tornou jesuíta “professo de três votos” (pobreza, obediência e castidade), podendo dizer missas e ouvir confissões. Não fez ainda o quarto voto de obediência absoluta ao papa mas, sem dúvida, queria ser um verdadeiro “soldado de Cristo”, inclusive no combate à Reforma protestante. Reconhecendo suas qualidades missionárias, inclusive

seu conhecimento da língua e dos costumes indígenas, o provincial da Companhia lhe confiou o posto de superior de um aldeamento indígena em Pernambuco (capítulo 4). A aldeia São Miguel de Muçuí (sete léguas ao norte de Olinda) era composta de duas nações, tabajaras e potiguaras, os últimos sob ordem de Felipe Camarão.

Sete anos depois, os holandeses invadiram o Nordeste (1630, capítulo 5), e Manoel atendeu ao chamado do governador e apresentou-se com seu lugar-tenente Felipe Camarão e com 400 guerreiros armados de arco e flecha, tornando-se um verdadeiro “capitão do gentio” (capítulo 6). Porém, havia divisão entre os índios pois nem todos optaram pelo lado luso depois de serem maltratados durante um século (Pedro Poty, capítulo 7). O padre-capitão, por outro lado, lutou bravamente contra os invasores mas, infelizmente, tornou-se soberbo (capítulo 8). Orgulho antecede a queda. É que, no final de 1634, a Paraíba foi tomada pelos holandeses e, por causa das condições honrosas da rendição, muitos, inclusive Manoel com seus índios, se entregaram (capítulo 9). E o padre até colaborou bem com o invasor ao fornecer informações detalhadas sobre as aldeias, ainda fazendo com que várias delas mudassem de lado. Ele mesmo foi enviado para o Recife onde, conforme os denunciadores, foi visto entre os holandeses com “traje de gente militar”, de barba, sem tonsura, metendo-se em farras soldadescas. Assistiu também ao culto reformado e até tentou convencer outros a se tornar protestantes. Diante de tudo isso, o provincial jesuíta expulsou-o da Companhia (1636). Mas nem os holandeses confiavam completamente no jesuíta renegado, e Manoel foi mandado para Amsterdã ainda em abril de 1635 (capítulo 10). Se tivesse ficado no Brasil, poderia ter alcançado o mesmo fim como o traidor Calabar, que, depois de cair em mãos portuguesas, foi garroteado e esquartejado (1635, capítulo 11). Havia aliás muitos “desertores e colaboradores”, como o futuro líder da revolta João Fernandes Vieira, que enriqueceu, ou como Frei Manoel Calado que procurava se tornar vigário-geral (ou quiçá bispo) de Pernambuco sob domínio

holandês (capítulo 12). No sul, o desertor Manoel foi lembrado como traidor da pátria e o “maior apóstata e herege da Igreja de Deus” (capítulos 13 e 14).

A partir dali, Manoel estava a serviço da Companhia das Índias Ocidentais (a WIC) e de seu diretor Johannes de Laet, chegando à Holanda em junho de 1635. Manoel lhes deu muitas informações valiosas, inclusive um plano para o governo dos índios, decerto esperando servir como chefe dos “brasiliãos” (como os holandeses chamavam os indígenas), o que não aconteceu. Manoel deve ter ficado desapontado e, por cima, ficou doente durante o frio inverno em Amsterdã. Por sugestão médica foi transferido para o pequeno porto de Harderwijk na província de Gélria. Ali se casou com Margarida van Dehait, com quem teve um filho. Mas ela faleceu cedo e o filho ficou sob os cuidados do avô materno (capítulo 15). Em Harderwijk, Manoel preparou um glosário de 153 vocábulos tupi-latim, incluído depois no último volume (por De Laet) da *História Naturalis Brasiliae* publicada em Amsterdã (1648). Também elaborou um texto que ficou conhecido como *Historia Brasiliensis* circulando somente em cópias manuscritas (capítulo 17).

Em 1638, o viúvo se mudou para Amsterdã (120 mil habitantes), compartilhando pousada com vários portugueses, com quem sem dúvida discutia sobre questões de religião. Em seguida foi transferido para Leiden onde, com apoio da WIC, se inscreveu na universidade, que lhe concedeu o grau de licenciado em Teologia (capítulo 16). Foi também em Leiden que se casou novamente com Adriana Smetz (duas filhas; capítulo 18), entrosando-se cada vez mais no mundo calvinista (capítulo 19). Entretanto, nesse mesmo tempo, Manoel ia às vezes para uma capela católica secreta em Amsterdã, a “igreja do Cordeiro Branco”. Era uma situação paradoxal: calvinista público, mas de fato criptocatólico (capítulo 20). E ainda travava ali discussões com judeus portugueses, refugiados naquela cidade (capítulo 21). Assim, do Brasil e da Holanda, várias denúncias chegaram à mesa da inquisição portuguesa, de sorte

que Manoel foi processado e queimado em estátua (boneco de palha e estopa com seu nome) na fogueira num auto de fé em Lisboa (6/4/1642, capítulo 22)!

Quando da Restauração da independência de Portugal, Manoel apoiou-a publicando (no meio da “guerra dos panfletos”) seu próprio opúsculo sebastianista-joanista em defesa dela (*Prognóstico*, Leiden, 1641), apresentando-se na capa como *lusitano teólogo* (capítulo 23). Também visitou várias vezes, em Haia, os embaixadores portugueses procurando apoio real a fim de passar ileso para o lado luso, mas de certo se percebeu o conflito que Manoel vivia, “dilacerado por dramas de consciência” continuando seu jogo duplo (capítulo 24). Procurou inclusive o perdão da traição herética: havia um encontro misterioso com um “núncio papal” que, após confissão do réu, teria passado uma certidão absolviória, que depois teria sido roubada (capítulo 25). Tudo indicava que Manoel queria voltar para sua origem. E, de fato, conseguiu um contrato com bom crédito da WIC para corte de pau-brasil e, abandonando esposa e filhos, voltou ao Brasil holandês onde reinava ainda a “paz nassoviana” (1643, capítulo 26).

Em Pernambuco, Manoel se instalou em Aratangi. Adquiriu quatorze escravos angolanos (entre os quais cinco casais), quatro carros e bois (marcando-os com “L”, licenciado), e começou o corte do pau-brasil, vendendo-o a judeus no Recife e não à WIC, conforme o contrato (capítulo 27). Uma vez encaminhado, Nhô Manuel deixou tudo na mão da feitora, a sua escrava amante, Sinhá Beatriz, com carta de alforria para depois da morte do seu senhor (capítulo 28). Como no Brasil holandês havia muita tolerância religiosa, não foi difícil para Manoel retornar às suas raízes. Levou seus escravos para doutrina e batismo numa capela católica (embora uns já tivessem recebido o batismo na igreja reformada). E ele mesmo ia para missa andando duas léguas a pé sempre com rosário no pescoço. Seu regresso ao catolicismo era claro, até assunto de conversa na reunião do sínodo reformado de 1644 (capítulo 29).

Depois da partida de João Maurício de Nassau para a Holanda, a “paz nassoviana” estava terminando e a “guerra da liberdade divina” estorou em junho de 1645. Seu líder João Fernandes Vieira mandou prender Manoel e outros de quem suspeitava de simpatias pelos holandeses. Mas, de joelhos e em lágrimas, Manoel pediu perdão prometendo não sair da tropa. Vieira lhe perdoou, inclusive a dívida com a WIC, e o nomeou capelão da tropa. Manoel, tendo cortado a barba e refeito a tonsura, se comportou com muita valentia na vitoriosa batalha de Tabocas (agosto de 1645, capítulo 30). Agora, apesar do risco, Manoel pensava em apresentar-se à Inquisição para fazer as pazes completas com a igreja. Preparando-se para a viagem, foi preso e enviado à pátria, porém, durante a travessia, livre nos seus movimentos (capítulo 31).

Depois da chegada a Lisboa (fevereiro de 1646), foi encarcerado. A Inquisição sempre pedia a “cooperação” e assim Manoel denunciou umas 22 pessoas (capítulo 32). Durante os meses que seguiram, ele tentou provar sua inocência, insistindo que sempre foi bom católico (capítulo 33). Mas seus documentos abonatórios não convenceram os inquisidores (capítulo 34). Apesar disso ganhou dois advogados de defesa, que ajudaram a organizar suas “contraditas” (capítulo 35). Não ajudou muito, pois foi levado à sala de tortura, onde ia ser içado pelos braços e despencado. Manoel viu o que ia sofrer e confessou. Mas não tudo. Somente sobre alguns anos (1637-41), relacionando seu contato com o calvinismo no primeiro casamento. Ficaram satisfeitos (setembro de 1647, capítulo 36). Não foi condenado à fogueira, mas a sair em auto de fé e ao cárcere e hábito penitencial perpétuos (cinco anos; sambenito com insígnias de fogo), e à confiscação de bens. Não foi condenado às galés, porque de fato não tinha se casado “no rito tridentino”. Foi somente condenado o herege, não mencionando o traidor. O auto de fé ocorreu com setenta penitenciados (15/12/1647), entre outros, Isaac de Castro, queimado vivo aos 21 anos de idade, causando protesto internacional pois era súdito de Orange (capítulo 37).

Em janeiro de 1648 pôde sair do cárcere, sem hábito, e devolveram-lhe seus papéis (depois de se fazer cópias “para sorte de futuros historiadores”). Agora, Manoel era quase mendigo, doente, passado de cinquenta anos (capítulo 38). Mas ainda “valentão”, escrevendo um panfleto (*Resposta aos Holandeses*) contra a ideia de entregar Pernambuco à Holanda para alcançar a paz. Antônio Vieira retrucou, em seu *Papel Forte* (capítulo 39). Não se sabe para onde Manoel foi em seguida, mas provavelmente faleceu em Lisboa não muito depois (1651?, capítulo 40).



O livro se lê como romance histórico e, numa composição dessa natureza, sempre é preciso certa imaginação; entretanto, onde esses recheios conjecturais ocorrem por se calarem as fontes, sempre são bem contextualizados e muito convincentes. De fato, *Traição* é um estudo histórico equilibrado que procura – e creio com êxito – estabelecer uma cronologia correta no meio de muitas informações confusas, até contraditórias de fatos e boatos, às vezes espalhados pelo próprio Manoel. Vainfas contextualiza o trajetório acidentado de Manoel de uma maneira interessante, inclusive com informações sobre população, trânsito, salários, etc.

Há pequenos enganos no texto, como sobre Vossius, na verdade não “Voetius” (p. 135). E parece que não ficou resolvida a localização da aldeia de São Miguel de Muçuí pois, pela descrição, pode estar ao norte de Olinda ou bem mais para o sul (Alagoas, pp. 39 e 223).

A biografia está muito bem inserida no contexto histórico, mormente da cultura “material” e religiosa católica romana. Por outro lado, em alguns casos, por omissão dos motivos atrás de uma ação, o leitor talvez não entenda bem o contexto protestante holandês. Assim, durante as desavenças arminianas, Oldenbarnevelt não foi decapitado por motivos religiosos como sugerido pelo texto mas, sim, por motivos políticos

(p. 161). Da mesma forma não menciona que a repressão de católicos na Holanda, mormente jesuítas, era também porque facilmente funcionavam como “quinta coluna” compactuando com a Ibéria, como era o caso no Brasil holandês (p. 167).

O autor emprega o vocábulo “calvinista” frequentemente, mas ele era pouco usado por esses cristãos, que não se consideravam pertencentes a uma “seita calvinista” (como Manoel tinha aprendido na Bahia), mas à “Igreja Cristã Reformada”. Falando sobre as diferenças entre esses reformados (armianos e gomaristas), o autor afirma que Gomarus era “defensor da subordinação da Igreja ao Estado” (p. 160); entretanto, essa era a posição erastiana dos remonstrantes. Diz ainda que Manoel “sabia que o calvinismo reconhecia a Santíssima Trindade, apesar de pregar que tudo dependia unicamente de Deus” (p. 162), não ficando claro o uso do “apesar”. E quem conhece Calvino sabe que não “havia posto a Virgem abaixo” (p. 178), mas falava sobre suas imagens voluptuosas daquela época (Inst. 1.11.7).

Finalmente, quanto ao registro de Manoel no *Album Studiosorum* da Universidade de Leiden, entendo a argumentação do autor (p. 355, n. 4). Mas no *Album* a informação (21/7/1640: *Emmanuel de Moraes Lusitanus Licentiatu Theologiae. Ann 41*) aparece no meio de outros inscritos em vários cursos, como seu próprio filho (Franciscus Emanuel de Moraez), inscrito no curso de filosofia no dia 20/5/1658 (p. 333). Constam os nomes de vários estudantes, inscritos na teologia, que depois serviriam como pastores no Brasil. Assim, em 1602, Ioannes Baers, de 21 anos, em 1638, Johannes Offeringa, de 22 anos, etc. Salvo engano, a lista parece ser, de fato, uma inscrição *studiosorum*, não *promotorum*. E, agora, conhecendo melhor o Manoel, será que ele, com ou sem base formal, nunca (entre o colégio da Bahia e a universidade de Leiden) teria usado o título de “licenciado”, como informa Serafim Leite, falando decerto sobre o tempo antes da sua expulsão da ordem SJ (1636, p. 25)?

Decerto, o livro é a biografia definitiva sobre esse senhor “camaleônico” (p. 80).